

ABRIL | 2022

RELATÓRIO

CONTROLE INTERNO 1º TRIMESTRE 2022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Governador do Distrito Federal

Ibaneis Rocha

Vice-Governador do Distrito Federal

Marcus Vinícius Britto

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Ney Ferraz Junior

Diretora de Previdência

Ledamar Sousa Resende

Diretor de Administração e Finanças

Paulo Ricardo Andrade Moita

Diretor de Investimentos

Jefferson Nepomuceno Dutra

Diretor Jurídico

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretoria de Governança, Projetos e Compliance

Sylvia Neves Alves (interina)

Elaboração

Rogério Correia da Silva



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

1º TRIMESTRE DE 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. Gerenciamento dos Pontos de Controle
3. Matriz de Riscos
4. Análise SWOT
5. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 - 5.1 Contabilização da Receita
 - 5.2 Contabilização da Despesa
 - 5.3 Plano de Aquisição Estruturante
 - 5.4 Contratos em Execução
6. UNIDADE DE ATUÁRIA
 - 6.1 Avaliação Atuarial
 - 6.2 Taxa de Administração do Regime Próprio de Previdência – RPPS
 - 6.3 Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA
7. DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA
 - 7.1 Compensação Previdenciária – COMPREV



7.2 Concessão de Aposentadoria/Pensões

7.3 Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR

8. CONTROLADORIA

8.1 Monitoramento do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP/CADPREV

9. DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

9.1 Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR

9.2 Política de Investimentos

9.3 Carteira de Investimentos

9.4 Carteira de Imóveis

9.5 Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN

10. DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE

10.1 Planejamento Estratégico Institucional

10.2 Certificação – Pró-Gestão

10.3 Mapeamento e Elaboração de Manual de Processos

11. RECOMENDAÇÕES

12. CONCLUSÃO

ANEXO I



1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 830 de 27 de dezembro de 1994, criou o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital – SICON, em conformidade com o disposto no art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem como missão “assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo”. A fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo.

A missão do controle interno é a de promover aos gestores informações em caráter de relevância para auxiliar na tomada de decisão, controlar processos no propósito de atingir as metas, além de resguardar à Administração na definição de suas responsabilidades com o fornecimento de análises, apreciações, recomendações, notas técnicas para garantir um controle efetivo sobre a Instituição.

As ações de controle interno do Iprev/DF são acompanhadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF por meio da Subsecretaria de Controle Interno – SUBCI/CGDF.

Por força regimental, dentre as obrigações da Unidade de Controladoria, cabe à proteção ao patrimônio público através de ações que criem estímulos à aderência às Políticas do IPREV, racionalização dos procedimentos e melhoria de processos e otimização da alocação dos recursos humanos, que incluem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade em respeito à Carta Magna.

A Controladoria do Instituto agrega em suas competências, além das atividades de controle, as atividades de Auditoria, Ouvidoria, Corregedoria e Gerenciamento de Riscos, unidade recém implantada por força de Decreto.

As ações de controle do Iprev/DF, também estão sujeitas à orientação, supervisão e fiscalização por parte da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, que tem entre outras funções a competência de realizar auditorias com vistas ao cumprimento da legislação previdenciária,



além de depuração das informações encaminhadas por meio dos demonstrativos previdenciários onde é possível aferir a regularidade quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

O Controle Externo do Iprev/DF, é acompanhado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade. Um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime (art. 1º, inc. VI da Lei 9.717/1998).

Além dos controles anteriormente citados, o Instituto conta com a participação de representantes dos servidores, do governo e dos aposentados, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, órgãos colegiados integrantes da estrutura administrativa do Iprev/DF.

2. GERENCIAMENTO DOS PONTOS DE CONTROLE

Dentre as atividades de Controle Interno por meio da Controladoria cabe salientar os dispositivos regimentais que compõem o alicerce de controle interno bem como o propósito normativo de atender ao Decreto nº 34.367 de 16 de maio de 2013, que enumera as Diretrizes de Controle; Decreto nº 32.840 de 06 de abril de 2011 que sintetiza às ações de supervisão técnica e do Regimento Interno que regimenta a Controladoria, Ouvidoria e demais Gerências.

Deve-se levar a cabo a inclusão em estabelecer o mapeamento adequado, mensuração e mitigação de riscos com o propósito de eliminar qualquer entropia que possa comprometer a consecução das atividades delineadas.

Cumpra estabelecer entre a Alta Administração e demais níveis o comprometimento de todas as unidades deste Instituto que, a partir de suas mensurações e riscos, possa-se evitar e antecipar às eventualidades assim ocorridas.

Estas medidas visam a prevenção dos riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, fidedignidade e à precisão da informação contábil através de procedimentos de prevenção bem como detecção como iniciativa de proteger erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contabilizada.



Ao valer dos preceitos, o IPREV em sua norma regulamentar possui como condição sine-qua-non as funções de controle interno que devem se subdividir nos seguintes formatos:

- ❖ Plano Anual de Auditoria Interna;
- ❖ Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- ❖ Análise das Contratações;
- ❖ Gerenciamento de Riscos quanto à mitigação de erros;
- ❖ Ações de Ouvidoria e Controle Social;
- ❖ Ações de Correição e Procedimentos Administrativos.

3. MATRIZ DE RISCOS INSTITUCIONAL

Ao estabelecer o Planejamento Estratégico do IPREV, é possível aferir e produzir uma ferramenta de gerenciamento de riscos que disponibiliza a identificação de eventos danosos que cada objetivo pode alcançar, bem como gerar a relação de probabilidade e impacto que o não atingimento do Objetivo Estratégico poder-se-á ocorrer.

O mapeamento identificado de acordo com o Planejamento Estratégico do IPREV é delineado por meio das Unidades Setoriais, Objetivos, Macroprocessos, Riscos e das proporções de impacto e probabilidade para alcançar o nível de risco que cada objetivo pode impactar, conforme quadro abaixo:



3.1 - IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

UND SETORIAL	Objetivo-Chave	Macroprocesso	Risco-Chave		Risco Inerente			
			Cód.	Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Controladoria	Acompanhar os critérios referentes à emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	Divulgação dos pontos-chave que necessitam de ajustes	1.0	Destreza na resolutividade da informação	8	5	40	Alto
		Adoção de prazo hábil para sanar as irregularidades	1.1	Descumprimento de prazo	10	8	80	Extremo
		Ampliação da comunicação intersetorial	1.3	Distorção da informação	2	2	4	Baixo
	Acompanhar a Execução Orçamentária	Realizar análises contábeis através do MCASP	1.2	Contabilização deficiente	8	5	40	Alto
		Registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência	1.3	Ineficácia na contabilização dos registros	8	1	8	Baixo
	Atender às determinações dos Órgãos de Controle Externo	Criação de força-tarefa na prevenção de atender às demandas dos órgãos de controle	1.4	Perda de prazo no desenvolvimento da informação	8	5	40	Alto



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



DIPREV	Diminuir o pagamento de benefícios irregulares	Padronizar o fluxo de ações de cruzamento de dados no SIGRH X SIPREV	2.0	Cruzamento dos dados não ser fidedigno	8	5	40	Alto
		Emitir relatórios de críticas na importação	2.3	Falta de dados completa na extração	5	1	5	Baixo
	Consolidar a concessão de benefícios da Secretaria de Estado de Saúde - SES e da Secretaria de Educação - SEE	Ampliação da força de trabalho	2.4	Força de trabalho desejada menor que a esperada	8	5	40	Alto
		Necessidade de ampliação de treinamento	2.1	Inexistência de treinamento para o corpo institucional	5	5	25	Médio
	Manualizar a concessão e pagamento de benefícios	Disciplinar os procedimentos previdenciários	2.1	Não institucionalização de manuais de acordo com objetivo	5	2	10	Médio
		Criação de fluxograma que atendam todos os requisitos	2.3	Fluxogramas em desconexão com o objeto	2	1	2	Baixo
DIRIN	Implantar o Plano de Gestão de Imóveis	Mapear os imóveis pertencentes ao FSG e garantir segurança imobiliária	3.0	Morosidade na implantação de Gestão	8	5	40	Alto
	Realizar ações de capacitação dos Conselheiros do IPREV	Atribuir aos Conselheiros qualificação especializada para o desenvolvimento de suas funções	3.3	Inexecução de qualificação	2	2	4	Baixo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



	Estabelecer programa de risco na área de credenciamento	Produzir fatores de risco que possam ocorrer no credenciamento	3.2	Ineficácia na classificação a ser estabelecida	5	2	10	Médio
DIAFI	Implementar o Programa de pós-graduação de acordo com a Portaria nº 36 de 11/03/2019	Criar dotação financeiro-orçamentária para custeio do Programa	4.2	Falta de dotação que contemple a implementação	5	5	25	Médio
		Disponibilizar vagas para servidores	4.3	Desinteresse dos servidores na qualificação	2	2	4	Baixo
	Dimensionar a força de trabalho institucional	Verificar a necessidade real de cada Unidade do IPREV	4.2	Dimensionamento fora do padrão	5	2	10	Médio
		Diminuir o nível de absenteísmo institucional	4	Perda do capital intelectual da Instituição	8	5	40	Alto
	Manualizar os processos de compras	Estabelecer fluxogramas com o endereçamento das etapas	4.3	Excesso de fluxo que possa provocar perda da informação	2	2	4	Baixo
		Planejar as aquisições referentes ao ano	4.2	Introduzir novas aquisições fora do planejamento anual	5	5	25	Médio
	Criar Programa de Qualidade de Vida	Buscar parcerias entre Instituições que possam oferecer serviços aos Servidores	4.3	Ineficácia na parceria em não produzir o serviço adequado	2	2	4	Baixo
DIJUR	Criar Normativo sobre transferência	Editar Portaria que identifica a transferência dos Fundos	5.0	Lacuna tempestiva no regramento	8	5	40	Alto



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



	dos Fundos Financeiro e Capitalizado							
	Revisonar os Normativos da Instituição	Republicar Normativos que necessitam de retificação	5.2	Perda do Objeto devido a quantidade de normativos editados	5	5	25	Médio
		Reeditar normas que melhor se adequem à atualidade	5.3	Reedição em desacordo com a introdução	8	1	8	Baixo
	Estabelecer critérios de ingresso ao Conselho do IPREV	Publicar Portaria que elenca os requisitos necessário conforme o Decreto nº 37.131	5.3	Estabelecer critérios fora do padrão em regulamentação	5	1	5	Baixo
DIGOV	Desenvolver Plano de Segurança da Informação do IPREV	Ampliar o parque tecnológico do IPREV	6	Impossibilidade de aquisição de ferramentas de TI	10	5	50	Alto
		Utilizar de acessórios que possibilitem a proteção das informações	6.2	Acessórios que não possuem a eficácia desejada	10	2	20	Médio
	Criar mecanismos para a Certificação do Pró-Gestão do IPREV	Aprimorar a comunicação intersetorial	6.2	Ruídos na comunicação que possam prejudicar	2	2	4	Baixo
		Estabelecer parceria na alternativa por soluções	6.2	Estabelecimento de planos aquém ao esperado	5	5	25	Médio
	Desenvolver o APP-MEU IPREV		6.0	Falta de parcerias que atendam aos	5	2	10	Médio



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



		Utilizar ferramentas de benchmarking no alcance da finalização do produto	6.0	requisitos necessários Inexistência de recursos para custeio	8	8	64	Alto
	Desenvolver ação para o Programa de Educação Previdenciária	Estabelecer cursos de qualificação	6.3	Cursos não abarcar o conteúdo desejado	8	1	8	Baixo
		Parceria entre INSS e IPREV	6.3	Morosidade na capacitação	8	1	8	Baixo
	Implementar o Plano de Compliance	Criar planos de prevenção à riscos	6.2	Planos em desacordo ao objetivo	8	2	16	Médio
		Criar manuais para evitar eventos irregulares	6.3	Falta de condensação da manualização	5	1	5	Baixo
	ATUÁRIA	Manualizar o Teste de Aderência	Estabelecer fluxograma para a constituir os testes de aderência	7.3	Fluxos em desacordo com o estabelecido	8	1	8
7.3				Metodologia ineficiente ao objetivo	2	2	4	Baixo
Introduzir Banco de Dados para estudos de Avaliação Atuarial		Promover gestão junto à SEEC na disponibilização dos dados	7.0	Burocracia da SEEC em disponibilizar os dados	8	8	64	Alto
		Aprimorar a gestão de TI no acúmulo da informação	7.0	Migração com inconsistência	10	5	50	Alto



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



COMUNICAÇÃO SOCIAL	Criar ferramenta de comunicação com o aposentado e pensionista	Criar panfletos/folders diretamente aos aposentados e pensionistas	8.3	A informação não conter o produto total	8	1	8	Baixo
		Buscar sugestões junto aos inativos e pensionistas sobre qual comunicação melhor alcança	8.0	Excesso de sugestão que impossibilite o aprimoramento	8	1	8	Baixo
	Realizar audiência pública para prestação de contas anual	Publicar no site do iprev a data para audiência pública	8.0	O alcance não ser próximo ao desejado	8	2	16	Médio
		Disponibilizar no site institucional a prestação de contas anual	8.0	Dificuldade da população condensar a informação	8	2	16	Médio
	OUVIDORIA	Implementar o Projeto "IPREV no seu Órgão"	Realizar reuniões nas Secretarias de Governo	9.0	Desinteresse das Secretarias no desdobramento	2	2	4
Aprimorar a comunicação da Ouvidoria do IPREV para os futuros aposentados			9.0	Falta de divulgação que alcance o público-alvo	8	2	16	Médio
Redefinir fluxo de apuração de denúncia com propositura de Normativo		Editar normativo que contenha os requisitos para apuração	9.1	Normativo não contemplar todos os requisitos necessários	8	5	40	Alto
		Trabalhar em conjunto com a Correição para a apuração conter todos elementos	9.1	Necessidade de restabelecimento da Unidade de Correição	8	8	64	Alto



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Escala de Impactos			Escala de Probabilidades		
Magnitude	Descrição	I	Magnitude	Descrição	I
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1	Muito baixa	Evento improvável de ocorrer. Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos pequenos nos objetivos.	2	Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis.	5	Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos.	8	Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	8
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos.	10	Muito alta	Evento praticamente certo de ocorrer. Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	10

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)



4. ANÁLISE SWOT

A partir da composição do matriciamento de riscos em referência ao Planejamento Estratégico Institucional, é possível aferir em modelo simplificado análise macro-institucional. A sigla possui derivação em inglês e por isso possui a denominação “SWOT” (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças).

As forças e fraquezas estão ligadas a fatores internos da Instituição. Cabe à Instituição a necessidade de manter ou alterar de acordo com o que pode ser mais conveniente e eficiente.

As oportunidades e ameaças possuem influências externas. Deve-se enxergar esses fatores de modo que a Instituição encontre as melhores opções ou se robusteça para ir de encontro aos fatores supervenientes.

Ao realizar a matriz de riscos, atribuiu-se um sistema de codificação para facilitar a visualização da matriz SWOT. Registra-se em princípio, as seguintes características expostas abaixo:



MATRIZ “SWOT” DO IPREV





5. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria possui como estrutura regimental as Unidades interseccionais responsável pela gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, patrimônio, administração de materiais e serviços gerais.

Através dela são realizadas a gestão do capital humano da Instituição, plano de aquisições e/ou contratações, contabilidade geral com a elaboração de prestação de contas e a apresentação dos demonstrativos econômicos-financeiros, bem como o estabelecimento do planejamento orçamentário-financeiro com o acompanhamento da gestão do IPREV no que competem à elaboração de subsídios referentes ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

5.1 CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA

Com o advento da EC n° 103 de 12 de novembro de 2020, a alíquota vinculada ao regime previdenciário sofreu alteração e com a recepção pela LC n° 970/2020 de 11% para 14% a partir de janeiro de 2021 e subdividem-se com as seguintes contabilizações:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - UG 320201-32203

Mês/ano	SALDO ANTERIOR	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSFERÊNCIA SFINANCEIRAS RECEBIDAS	RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
jan/22	23.663.125,81	36.440,13	1.421.169,00	199,18	31.137,11	-	964.176,07	24.125.620,94
fev/22	24.125.620,94	77.418,77	-	199,18	951.866,82	-	226.881,07	23.024.092,64
mar/22	23.024.092,64	263.376,19	2.842.338,00	-	1.093.551,94	-	82.290,57	24.953.964,32

FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR – UG 320202-32203

Mês/ano	SALDO ANTERIOR	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSFERÊNCIA SFINANCEIRAS RECEBIDAS	RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
jan/22	3.557.575.878,24	36.769.115,22	343.617,91	-	-	343.617,91	31.895.428,75	3.562.449.564,71
fev/22	3.562.449.564,71	98.956.598,13	61.071,31	-	-	61.071,31	81.881.100,96	3.579.525.061,88
mar/22	3.579.525.061,88	114.587.023,88	14.695,89	-	-	14.695,89	44.396.577,81	3.649.715.507,95



FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL - UG 320203-32203

A Lei Orçamentária nº 6.778 de 06 de janeiro de 2021 contém programas e ações que estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2022 e no Plano Plurianual – PPA com referência ao Fundo Financeiro de Previdência do Distrito Federal, Suplementações e Anulações de Receitas e Despesas.

DATA	HISTÓRICO	SUPLEMENTAÇÃO/ANULAÇÃO	DOTAÇÕES
jan/22	DECRETO Nº 42.924 DE 18/01/2022 – DODF nº 13 de 19/01/2022	SUPLEMENTAÇÃO	319.150,000,00
fev/22			
mar/22			



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Mês/ano	SALDO ANTERIOR	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
jan/22	195.335.359,85	339.527.326,15	608.089,59	428.539,89	73.173.970,87	1.421.169,00	256.603.671,60	204.700.504,01
fev/22	204.700.504,01	344.360.971,56	700.405,52	28.900,66	352.943.900,23	-	34.916,05	196.881.797,57
mar/22	196.881.797,57	355.627.076,16	648.093,34	- 128.938,40	364.489.609,34	2.842.338,00	395.533,63	185.300.547,70

NOVO FUNDO CAPITALIZADO DE PREVIDÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL – UG 320206-32203

Mês/ano	SALDO ANTERIOR	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
jan/22	211.322.270,02	14.484.137,39	-	119,03	1.511,92	-	35.519,31	225.769.495,21
fev/22	225.769.495,21	16.568.912,31	-	119,03	15.910,70	7.511,77	1.755.681,97	240.559.184,05
mar/22	240.559.184,05	18.177.898,16	-	-	16,007,12	49.316,79	1.543.221,84	257.128.536,46



5.2 – CONTABILIDADE DA DESPESA

A programação orçamentária e financeira para o exercício de 2021 se encontra definida pelo Decreto nº 42.959 de 28 de janeiro de 2022 com a disposição do cronograma de mensal de desembolso do Poder Executivo e da Lei nº 7.061 de 07 de janeiro de 2022 que trata da Lei Orçamentária Anual - LOA /2022.

As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais compõem a Unidade de Gestão: 320203 que caracteriza o Fundo Financeiro de Previdência. A contabilização se refere ao 1º Trimestre com as seguintes descrições sintetizadas abaixo:

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS – UG: 320203 – FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO DF

DESPESAS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias por tempo de contribuição	Aposentadorias compulsórias	Aposentadorias Especiais - Atividade de Risco	APOSENTADORIAS E REFORMAS	Pensões RPPS Financeiro	PENSÕES	AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO
JAN	R\$ 255.467.017,84	R\$ 11.938,37	R\$20.443.724,17	R\$ 275.922.680,38	R\$ 68.178.549,79	R\$ 68.178.549,79	R\$ 618.888,04
FEV	R\$ 253.464.254,62	R\$ 11.938,37	R\$20.496.915,07	R\$273.973.108,06	R\$69.717.290,86	R\$ 69.717.290,86	R\$ 665.572,37



MAR	R\$ 284.383.034,61	R\$ 11.938,37	R\$20.536.145,67	R\$ 304.931.118,65	R\$ 76.168.490,41	R\$ 76.168.490,41	R\$ 627.106,66
TOTAL 1° TRIMESTRE	R\$ 793.314.307,07	R\$ 35.815,11	R\$ 61.476.784,91	R\$ 854.826.907,09	R\$ 214.064.331,06	R\$ 214.064.331,06	R\$ 1.911.567,07

5.3- PLANO DE AQUISIÇÃO ESTRUTURANTE

O Plano de Aquisição Estruturante possui eficácia dentro do Plano de Metas Institucionais 2022 com pactuação pelo Conselho de Administração – CONAD onde houve a composição da Planilha (82627631) subdividida em 3 (três) vertentes das quais tratam a Modernização do Parque Tecnológico, Gestão Administrativa e Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

As aquisições que se encontram discriminadas no Plano de Aquisição para o 1º trimestre de 2022 não contemplam aquisições nesse período.



5.4 – CONTRATOS EM EXECUÇÃO

As despesas referentes aos Contratos em execução no IPREV se encontram em elucidação no processo nº 00413-00000845/2021-31. Os valores referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2022 que compuseram, em síntese, se encontram discriminados abaixo:

MES	VALOR GASTO EM CONTRATOS
JANEIRO	R\$ 591.736,61
FEVEREIRO	R\$ 294.641,76
TOTAL 1º BIMESTRE	R\$ 886.378,31

DESPESAS REFERENTES A JANEIRO DE 2022 DE AQUISIÇÃO E FOLHA DE PAGAMENTOS

 Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal				(B) AQUISIÇÃO								
				DOC. HABILITAÇÃO EMPRESA				COMPETÊNCIA: JANEIRO/2022				
				Reg. Fiscal - Validade Cert.				PAGAMENTO				
Item	Descrição	SIGGO	Processo SEI	Estadual/DF/Municipal	Federal	FGTS	Trabalhista	Valor Pg. UG. 320201	NFe Fatura	N. Rec	Ordem Bancária	
Subtotal (B) :										R\$ 0,00		



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



	(C) FOLHA DE PAGAMENTO ATIVOS - REF. JANEIRO/2022		
	Processo SEI	Valor Bruto	Observação
	00413-00000414/2022-55	611.820,72	Folha Normal
	00413-00003958/2020-15	10.363,97	LPA
00413-00000419/2022-88	24.073,33	JETON	
Subtotal C: R\$ 646.258,02			

Fonte: Gestão de Pessoas/COAD/DIAFI/IPREV-DF

	(D) RESSARCIMENTO DE SALÁRIO REF. OUTUBRO/2019 E OUTUBRO, NOVEMBRO, DEZEMBRO/2021				
	Processo SEI	Servidor Cedido	Órgão Cedente	Valor	OBS
	00413-00002182/2019-74	Ney Ferraz Júnior	Instituto Nacional do Seguro Social	24.540,74	R\$ 6.091,24 por mês - O Pagamento da Competência 10/2019, foi no valor de R\$6.267,02
Subtotal (D): R\$ 24.540,74					
TOTAL GERAL (A+B+C+D) : R\$ 1.262.535,37					



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



DESPESAS REFERENTE A FEVEREIRO DE 2022 DE AQUISIÇÃO E FOLHA DE PAGAMENTOS

				(B) AQUISIÇÃO							
				DOC. HABILITAÇÃO EMPRESA				COMPETÊNCIA: FEVEREIRO/2022			
				Reg. Fiscal - Validade Cert.				PAGAMENTO			
Item	Descrição	SIG GO	Processo SEI	Estadual/DF/Municipal	Federal	FG TS	Trabalhista	Valor Pg. UG. 320201	NFe Fatura	N. Rec	Ordem Bancária
Subtotal (B) : R\$ 0,00											

			(C) FOLHA DE PAGAMENTO ATIVOS - REF. FEVEREIRO/2022		
			Processo SEI	Valor Bruto	Observação
		00413-00000898/2022-32	617.821,88	Folha Normal	
		00413-00003958/2020-15	10.433,41	LPA	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



00413-0000419/2022-88	32.303,53	JETON
Subtotal C: R\$ 660.558,82		

Fonte: Gestão de Pessoas/COAD/DIAFI/IPREV-DF

	(D) RESSARCIMENTO DE SALÁRIO		INSS - SERVIDOR CEDIDO		
	Processo SEI	Servidor Cedido	Órgão Cedente	Valor	Observação
	00413-00002182/2019-74	Ney Ferraz Júnior	Instituto Nacional do Seguro Social	0,00	Ressarcimento salário: não houve pagamentos em 02/2022.
Subtotal (D): R\$ 0,00					
TOTAL GERAL (A+B+C+D) : R\$ 955.200,58					

Fonte: Gestão de Pessoas/COAD/DIAFI/IPREV-DF



6. UNIDADE DE ATUÁRIA

A Unidade de Atuária têm como atributo a produção de estudos de tendências e cenários com a utilização de premissas atuariais para a produção dos estudos e avaliações.

A partir da elaboração de cálculos e estudos atuariais, apura-se o passivo previdenciário onde se verifica o impacto que possam causar ao Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal.

Os estudos atuariais criam subsídios para alteração e implementação de planos previdenciários para novos servidores, aposentados, e pensionistas, além de auxiliar na definição da política de investimentos do IPREV.

6.1 - AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Avaliação Atuarial apresenta os resultados dos planos de benefícios previdenciários na data-base de 31 de dezembro de 2020, em conformidade ao que dispõe o art. 3º da Portaria/MF nº 464 de 19 de novembro de 2018.

A Lei Complementar nº 932 de 03/10/2017, apresenta a relação de servidores em 2 (dois) grupos:

- Plano Previdenciário: abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público a partir de 01 de março de 2019; e
- Plano Financeiro: abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público até 28 de fevereiro de 2019.

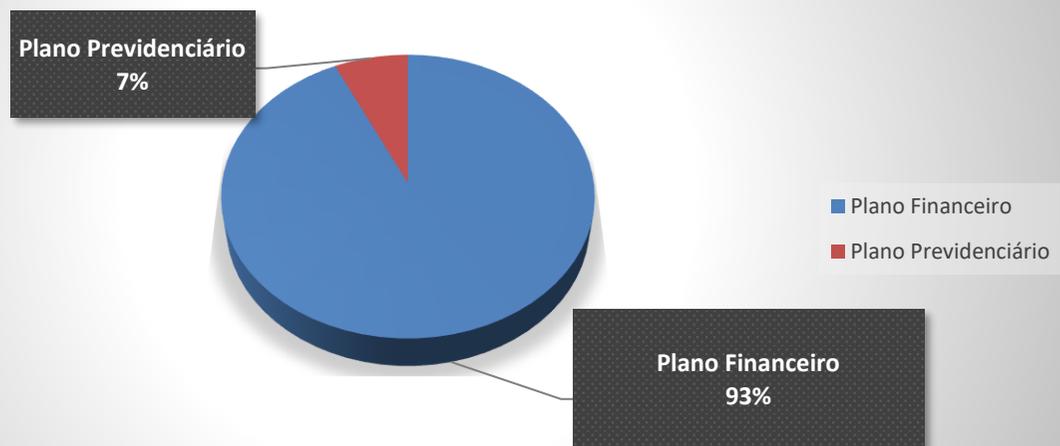
De acordo com o encerramento do exercício de 2021, em 31 de dezembro de 2021, os Planos possuíam a seguinte constituição:



SERVIDORES ATIVOS

QUANTIDADE	ATIVO		TOTAL
	PLANO PREVIDENCIÁRIO	PLANO FINANCEIRO	TOTAL
	4.918	74.883	79.801

Percentual de Servidores Ativos por Plano - *Dez 2021

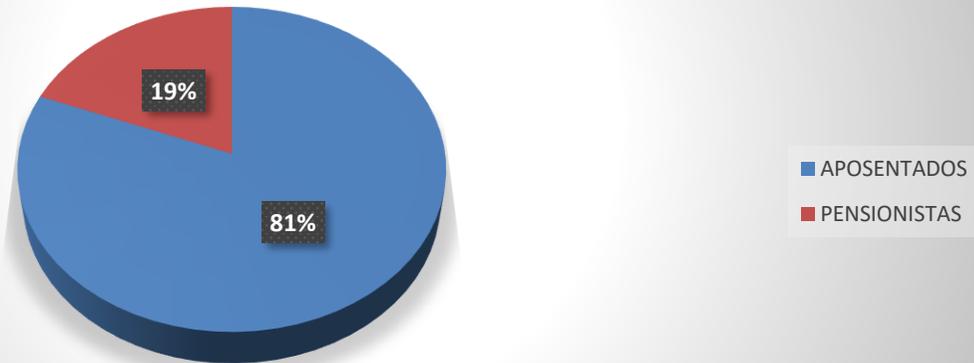




SERVIDORES INATIVOS OU PENSIONISTAS

QUANTIDADE	INATIVO		TOTAL
	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
	57.470	12.939	70.409

Percentual de Aposentados e Pensionistas - *Dez 2021



Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial IPREV – DEZ/21



6.2 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – RPPS

Os servidores ativos e o Distrito Federal contribuem para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14,00% e 28,00%, respectivamente, sendo a contribuição do ente segmentada em 27,50% para o Custo Normal e 0,50% para a Taxa de Administração. Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuem com uma alíquota de 11,00% de 1 salário-mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência e 14,00% incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

A composição de Receita de Contribuição dos dois Planos, desencadeiam-se no seguinte formato:

RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO – PLANO PREVIDENCIÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO EM R\$	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA (R\$)
Servidores Ativos	Folha de salários	28.619.578,64	14,00%	4.006.741,01
Servidores Aposentados	Valor que excede o salário-mínimo	0,00	11%e14%	0,00
Pensões	Valor que excede o salário-mínimo	12.595,20	11% e 14%	1.385,47
Distrito Federal - CustoNormal	Folha de salários	28.619.578,64	27,50%	171.096.175,42
Distrito Federal - CustoNormal	Folha de salários	28.619.578,64	0,50%	143.097,89
TOTAL DE RECEITA				12.021.608,50



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO – PLANO FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO (R\$)	% CONTRIBUIÇÃO	RECEITA(R\$)
SERVIDORES ATIVOS	FOLHA DE SALÁRIOS	611.057.769,34	14,00%	85.548.087,71
SERVIDORES APOSENTADOS	EXCEDENTE AO SALÁRIO-MÍNIMO	193.999.548,44	12,26%	23.781.939,53
PENSÕES	EXCEDENTE AO SALÁRIO-MÍNIMO	24.174.160,07	12,05%	2.911.964,18
ENTE - CUSTO NORMAL	FOLHA DE SALÁRIOS	611.057.769,34	28,00%	171.096.175,42
TOTAL				283.338.166,83

Ao atender ao que dispõe o artigo 40 da Constituição Federal, com a redação ajustada pela EC nº 103/2019, transcrito a seguir, consideram-se os servidores titulares de cargos efetivos. Dessa forma, ao mencionar o termo “servidores ativos”, deve-se referir aos servidores titulares de cargo efetivo. A composição subdivide-se da seguinte forma:



QUANTITATIVO REFERENTE AO PLANO FINANCEIRO - *Dez 2021

ATIVOS	APOSENTADORIA COMUM	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÕES
74.883	53.523	3.947	12.939

QUANTITATIVO REFERENTE AO PLANO PREVIDENCIÁRIO - *Dez 2021

ATIVOS	APOSENTADOS NORMAIS	APOSENTADOS POR INVALIDEZ	PENSÕES
4.918	0	0	0

O Patrimônio do Plano Previdenciário corresponde ao somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, **excluído a reserva administrativa**. O quadro a seguir apresenta o valor do patrimônio alocado no Plano Previdenciário e sua respectiva data de apuração.



PATRIMÔNIO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R\$	DATA DA APURAÇÃO
RENDA FIXA	172.666.518,28	31/12/2021
RENDA VARIÁVEL	40.941.089,31	31/12/2021
TOTAL	213.607.607,59	31/12/2021

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido (pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados.

As Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- **Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS; e
- **Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento que já foram concedidos pelo RPPS.

DISCRIMINAÇÃO	Valores (R\$)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	-
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	-
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (Pensões)	(3.431.212,59)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (Pensões)	(298.659,92)
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	-
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	(3.132.552,67)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(3.987.032.273,84)



(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	2.300.795.197,92
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BaC)	310.745.431,88
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	(1.373.491.644,04)
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	1.378.624.196,71)
(+) Ativos Financeiros	213.607.607,59
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	-
DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL	(1.165.016.589,12)

6.3 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – DRAA

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, trata-se de documento exclusivo de cada Regime Próprio de Previdência Social – RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da Avaliação Atuarial.

O Quadro-Resumo do IPREV mostra a comparação do atual exercício com os dois últimos exercícios encerrados, conforme exposição abaixo:



DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais

Descrição	2021	2020	2019
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	8.012.11	7.832.64	7.660.44
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	9.072.39	9.032.35	8.937.63
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	6.081.34	6.820.79	5.689.42



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Idade Média dos Segurados Ativos	45.63	45.08	43.70
Idade Média dos Aposentados	67.01	66.82	65.80
Idade Média dos Pensionistas	62.86	66.45	60.70
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	55.95	55.81	58.20
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	32.076.855.21	197.181.573.59	170.919.330.987.72
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	177.181.259.250.58	153.202.375.805.02	135.127.760.377.76
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	19.049.100.887.31	6.369.849.800.15	5.889.302.604.24



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	158.132.158.363.27	146.832.526.004.87	129.238.457.773.52
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	214.522.916.403.55	228.638.177.528.45	228.091.376.730.80
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	41.790.573.286.01	20.776.355.015.26	43.675.507.522.63
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	172.732.343.117.54	207.861.822.513.19	184.415.869.208.17
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	21.269.397.065.22	4.356.570.722.29	23.039.191.670.02
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0.00	0.00	0.00
Resultado Atuarial	309.563.027.560.38	350.140.596.222.18	119.695.804.323.95

Fonte: CADPREV/DRAA



7. DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

A Diretoria de Previdência é a Unidade responsável pela formulação de políticas públicas previdenciárias do Instituto através da concessão e manutenção dos benefícios previdenciários que se encontram dispostos na legislação previdenciária.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de política de gestão e controle das bases de dados cadastrais previdenciárias além da prestação de informações ao Conselho de Administração no que seja pertinente dentre demais atividades de cunho previdenciário.

7.1 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV

A Compensação previdenciária se encontra regulamentada por meio do Decreto nº 10.188/2019 de 20 de dezembro de 2019 que trata da diferença entre o Regime Geral de Previdência e os Regimes Próprios de Previdência da União, Estados e Municípios para a contabilização em conjunto com o tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

O saldo de Compensação Previdenciária compreende o somatório do fluxo mensal, acumulado e de estoque do Regime Geral de Previdência – RGPS em acordo com a Legislação, ao qual se elenca abaixo referente ao exercício de 2021:

RESULTADO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RGPS e RPPS															
Mês de Competência	Fluxo Mensal (1)						Fluxo Acumulado (2)			Estoque RPPS (3)					Saldo da Compensação (1+2+3)
	Valor Bruto	Valor Glosa	13º Fluxo	Líquido	Valor pago ao INSS	Saldo	Valor Bruto	Valor Glosa	Saldo	Valor Bruto	Valor Glosa	Líquido	Valor pago ao INSS	Saldo	
2021															
JANEIRO	17.924.442,00	209,30	0,00	18.133,80	-61.460,37	18.072,34	0,00	86.175,00	86.175,30	0,00	82.136,70	82.136,70	0,00	82.136,70	18.240,66



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



	73	66,75		9,48		9,11		37	7		2	2		72	1,20
FEVEREIRO	17.916.074,41	- 246.499,91	0,00	17.669.574,50	-61.755,26	17.607.819,24	0,00	- 50.964,00	- 50.964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.556.855,24
MARÇO	17.916.074,41	0,00	0,00	17.916.074,41	-61.755,26	17.854.319,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.854.319,15
ABRIL	17.915.647,96	- 1.293,56	0,00	17.914.354,40	-61.679,91	17.852.674,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.852.674,49
MAIO	17.921.807,34	- 592,16	0,00	17.921.215,18	-61.080,72	17.860.134,46	1.049.775,96	0,00	1.049.775,96	377.491,94	0,00	377.491,94	0,00	377.491,94	19.287.402,36
JUNHO	17.920.345,83	- 12.019,82	0,00	17.908.326,01	-60.780,45	17.847.545,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.847.545,56
JULHO	17.917.191,12	- 15.786,40	0,00	17.901.404,72	-60.883,78	17.840.520,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.840.520,94
AGOSTO	17.587.269,12	- 754,76	-323,06	17.586.191,30	-61.792,55	17.524.398,75	1.077,82	- 3.010.046,04	- 3.008.968,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.515.430,53
SETEMBRO	17.511.398,23	- 144.670,60	0,00	17.366.727,63	-59.317,15	17.307.410,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.307.410,48
OUTUBRO	34.892.935,29	- 352.384,37	0,00	34.540.550,92	- 118.624,05	34.421.926,87	0,00	9.600,70	9.600,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.431.527,57
NOVEMBRO	17.407.180,18	0,00	0,00	17.407.180,18	-59.308,73	17.347.871,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.347.871,45
DEZEMBRO	17.389.237,31	- 12.280,43	0,00	17.376.956,88	-59.308,73	17.317.648,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.317.648,15
Total 2021	230.219.603,93	- 576.915,26	-323,06	229.642.365,61	- 787.746,96	228.854.618,65	1.050.853,78	- 2.965.233,97	- 1.914.380,19	377.491,94	82.136,72	459.628,66	0,00	459.628,66	227.399.867,12

OBS: O novo formato de relatório contempla o Saldo de Compensação Previdenciária, que compreende o somatório do fluxo mensal, do fluxo acumulado e do estoque RGPS ou estoque RPPS (Decreto nº 10.188/2019)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



RESULTADO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ENTRE ENTES															
Mês de Competência	Fluxo Mensal (1)						Fluxo Acumulado (2)			Estoque RPPS (3)					Saldo da Compensação (1+2+3)
	Valor Bruto	Valor Glosa	13º Fluxo	Líquido	Valor pago ao Ente	Saldo	Valor Bruto	Valor Glosa	Saldo	Valor Bruto	Valor Glosa	Líquido	Valor pago ao RGPS	Saldo	
2021															
JANEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	317,96	0,00	0,00	0,00	-317,96	-317,96	-	0,00	-1.430,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.748,78
NOVEMBRO	158,98	0,00	0,00	0,00	-158,98	-158,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-158,98
DEZEMBRO	158,98	0,00	0,00	0,00	-158,98	-158,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-158,98
Total 2021	635,92	0,00	0,00	0,00	-635,92	-635,92	-	1.430,82	-1.430,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.066,74



7.2 CONCESSÃO DE APOSENTADORIA/PENSÕES e OUTROS

Durante o exercício de 2022, a DIPREV por meio de suas Unidades Organizacionais realizara as concessões de aposentadoria e/ou pensões no total de 335 concessões de acordo com o quadro abaixo:

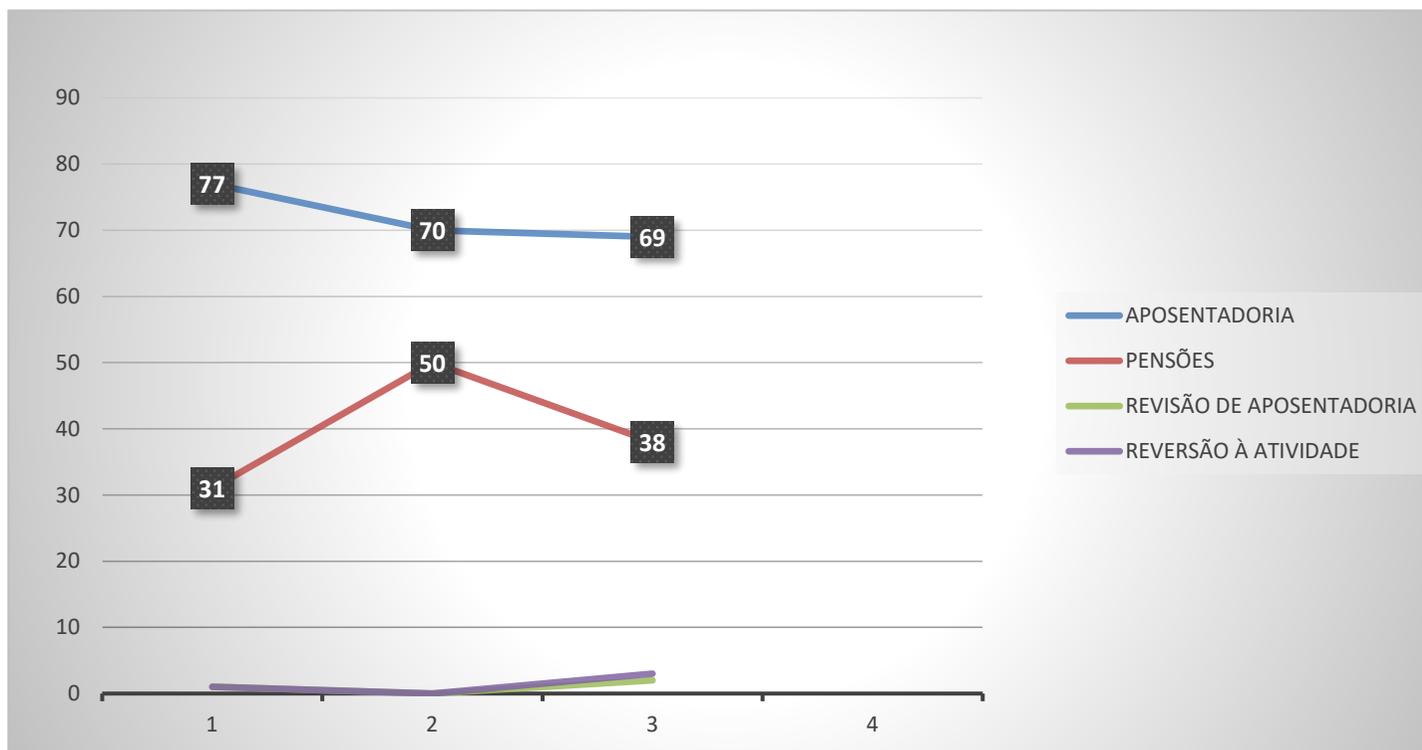
MÊS	APOSENTADORIA	PENSÕES	REVISÃO DE APOSENTADORIA	REVERSÕES Á ATIVIDADE
JANEIRO	77	31	01	01
FEVEREIRO	70	50	-	-
MARÇO	69	38	02	03
TOTAL	216	119	03	04

Fonte: Despacho IPREV/DIPREV/CORED (84214457)

Ao considerar as informações referente ao 1º Trimestre de 2022, pode-se observar a seguinte composição gráfica:



CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS, PENSÕES, REVISÃO E REVERSÃO – 1º TRIMESTRE DE 2022



É relevante observar que o gráfico apresenta que houveram 07 (sete) atos referentes à revisão de aposentadoria e reversão à atividade no trimestre.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



No que tange a análise quanto à conformidade dos atos de concessão de aposentadorias e pensões desencadeou na emissão do Memorando nº 04/2022 – IPREV/CONT (84111132) para tratar de acompanhar se os atos possuem conformidade quanto às determinações previdenciárias e foram objeto de análise de auditoria de controle interno na área previdenciária por parte desta Controladoria.

Os processos que foram analisados são os seguintes:

Aposentadorias – Processos n°s:

1. 00431-000241197/2021-90 – Ana Lucena de Oliveira;
2. 00431-00001624/2022-42 – Isidoro Soares da Fonseca;
3. 00060-00454666/2021-01 – Adail Moreira dos Santos.

De acordo com a Nota Técnica nº 07/2022 – IPREV/CONT (84385792) os atos de concessão de aposentadoria foram realizados por amostragem e apresentaram CONFORMIDADE quanto à Legislação Previdenciária.

Pensões – Processos n°s:

1. 00413-00003706/2021-69 – Maria de Fátima Mesquita de Araújo – Ex. Servidor – Pedro Gonçalo Maranhão;
2. 00413-00000289/2022-83 – Maria Salete Pinheiro – Ex. Servidor – Francisco Chagas de Araújo.

De acordo com a Nota Técnica nº 07/2022 – IPREV/CONT (84385792) os atos de concessão de pensão foram realizados por amostragem e apresentaram CONFORMIDADE quanto à Legislação Previdenciária.



7.3 – DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E REPASSES – DIPR

O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses, trata-se de documento destinado a informações gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e possui exigência legal através da Portaria MPS nº 21/2013.

O DIPR só possui validade a partir do envio da Declaração de Veracidade pelo CADPREV-WEB e o Demonstrativo registra os valores arrecadados, bases de cálculos, dentre outras informações necessárias à verificação do caráter contributivo e dos recursos previdenciários dos RPPS. De acordo com as informações, o DIPR referente ao 1º bimestre, traz em síntese, os seguintes registros:

DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – 1º BIMESTRE DE 2022

9 - Nº DE BENEFICIÁRIOS (somatório das folhas do ENTE e da UNIDADE GESTORA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	JAN	FEV	JAN	FEV	JAN	FEV
9.1 - SERVIDORES	6.168	6.412	73.118	72.767	79.286	79.179

9 - Nº DE BENEFICIÁRIOS (somatório das folhas do ENTE e da UNIDADE GESTORA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	JAN	FEV	JAN	FEV	JAN	F
9.2 - APOSENTADOS			57.475	57.670	57.475	57.670
9.3 - PENSIONISTAS	5	5	12.959	13.003	12.964	13.008
9.4 - DEPENDENTES					0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



10 - INGRESSOS DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	JAN	FEV	JAN	FEV	JAN	FEV
10.1 - Contribuições	14.818.330,16	15.906.706,44	329.912.291,66	327.610.376,62	344.730.621,82	343.517.083,06
10.2 - Aportes			300.040.057,04	295.665.572,37	300.040.057,04	295.665.572,37
10.3 - Parcelamentos					0,00	0,00
10.4 - Acréscimos legais de contribuições					0,00	0,00
10.5 - Contribuições relativas aos servidores cedidos ou licenciados					0,00	0,00
10.6 - Recebimento de compensação financeira			17.347.871,45	17.317.648,15	17.347.871,45	17.317.648,15
10.7 - Receitas líquidas de aplicações financeiras e investimentos			1.391.889,20	1.454.137,44	1.391.889,20	1.454.137,44
10.8 - Rendimentos demais ativos			112.837,24	377.148,60	112.837,24	377.148,60
10.9 - Outras Receitas					0,00	0,00

11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	JAN	FEV	JAN	FEV	JAN	FEV
11.1 - Aposentadoria			471.670.063,70	466.879.907,58	471.670.063,70	466.879.907,58
11.2 - Pensão por morte	17.380,97	17.380,97	170.431.166,47	171.810.491,34	170.448.547,44	171.827.872,31
11.3 - Auxílio-Doença					0,00	0,00
11.4 - Salário-Maternidade					0,00	0,00
11.5 - Salário-Família					0,00	0,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	JAN	FEV	JAN	FEV	JAN	FEV
11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS						
11.6 - Auxílio-Reclusão					0,00	0,00
11.7 - Decisões judiciais (benefícios)					0,00	0,00
11.8 - Benefícios de responsabilidade do Tesouro					0,00	0,00
11.9 - Despesas Administrativas			715.191,05	984.169,49	715.191,05	984.169,49
11.10 - Despesas com investimentos					0,00	0,00
11.11 - Restituições e outras compensações pagas					0,00	0,00
11.12 - Pagamento de Compensação Financeira			158,48	159,64	158,48	159,64
11.13 - Outras Despesas			618.888,04	665.572,37	618.888,04	665.572,37

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	JAN	FEV	JAN	FEV	JAN	FEV
12 - RESULTADO FINAL						
12.1 - TOTAL DE INGRESSOS	14.818.330,16	15.906.706,44	648.804.946,59	642.424.883,18	663.623.276,75	658.331.589,62
12.2 - TOTAL DE UTILIZAÇÃO	17.380,97	17.380,97	643.435.467,74	640.340.300,42	643.452.848,71	640.357.681,39
12.3 - RESULTADO FINAL APURADO	14.800.949,19	15.889.325,47	5.369.478,85	2.084.582,76	20.170.428,04	17.973.908,23

FONTE: CADPREV/DIPR



8. CONTROLADORIA

A Unidade de Controladoria é responsável pelo controle interno, auditoria, correição, gestão de riscos e ouvidoria da Instituição. Cabe a Controladoria oferecer orientação preventiva aos gestores do IPREV na identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias de gestão com o propósito de correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e cumprimento de normas.

8.1 - MONITORAMENTO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O IPREV mantém como forma de controle, o monitoramento constante e contínuo sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. A regularidade permite a realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios e ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União e da liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, de acordo com a Lei nº 9.717 de 1998.

O Certificado **na data de 13 de abril de 2022** possui o seguinte descritivo:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Governo do Distrito Federal - DF

Ente Federado: Estado de Governo do Distrito Federal - DF

CNPJ Principal: 00.394.601/0001-26

CRP Vigente: Nº 974001-204988, emitido em 10/12/2021. **Estará vigente até 08/06/2022.**

Data Pesquisa: 13/04/2022

Regime Vigente: Próprio de 13/04/1960 até 13/04/2022		
Análise da Legislação		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Acesso dos segurados às informações do regime		Regular
Caráter contributivo (Ente e Ativos - Alíquotas)		Regular
Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Alíquotas)		Regular
Cobertura exclusiva a servidores efetivos		Regular
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal		Regular
Encaminhamento da legislação à SPS		Regular
Observância dos limites de contribuição do ente		Regular



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas		Regular
Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios		Regular
Utilização dos recursos previdenciários - Previsão legal		Regular

Auditoria dos RPPS		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa		Regular
Atendimento ao Auditor Fiscal em auditoria direta no prazo		Regular
Atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo		Regular
Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa		Regular
Contas bancárias distintas para os recursos previdenciários		Regular
Escrituração Contábil - Consistência das Informações - Decisão Administrativa		Regular
Unidade gestora e regime próprio únicos		Regular
Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa		Regular

Equilíbrio Financeiro e Atuarial		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises		Decisão Judicial



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Informações Contábeis		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Adoção do plano de contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público		Regular

Informações Contábeis		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Envio das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais		Regular

Informações Previdenciárias e Repasses		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo		Regular
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Encaminhamento à SPPS		Regular

Investimentos dos Recursos Previdenciários		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Consistência		Regular



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Encaminhamento à SPPS		IRREGULAR
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência		Regular
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017		Regular

Outros		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN - previsão legal		Regular
Existência de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a participação dos segurados		Regular
Inclusão de parcelas remuneratórias temporárias nos benefícios		Regular
Instituição do regime de previdência complementar - Aprovação da lei		Em Análise
Operacionalização da compensação previdenciária – Contrato com empresa de tecnologia		Regular
Operacionalização da compensação previdenciária – Termo de Adesão		Regular



É possível verificar que o Certificado possui subgrupos em situação IRREGULAR, porém o Certificado se encontra válido até 08/06/2022. Para a tratativa das irregularidades, há processo SEI nº 00413-00000751/2022-42 em andamento na resolutiva das inconformidades.

9. DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

A Diretoria de Investimentos coordena os recursos do IPREV por segmentos de ativos conforme a pactuação na política de investimentos e das deliberações do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR.

A Unidade realiza análise quanto ao cenário macroeconômico para observar os reflexos no patrimônio dos fundos administrados pelo IPREV além de propor a Política Anual de Investimentos e suas revisões para deliberação da Diretoria Executiva – DIREX e do Conselho de Administração – CONAD.

9.1 – DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS – DAIR

O Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR apresenta mensalmente as informações sobre as carteiras de investimentos do RPPS além dos dados cadastrais do ente federativo, da unidade gestora do RPPS e seus respectivos responsáveis.

O DAIR referente ao mês fim do exercício de 2021 apresenta a seguinte variação:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Variação do Saldo da Carteira

Tipos de Ativo	12/2020 (R\$)	11/2021 (R\$)	12/2021 (R\$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
Renda Fixa	2.843.625.331,38	2.680.731.718,30	2.846.518.551,55	71,19%		
Títulos Públicos de emissão do TN - Art. 7º, I, a	-	270.704.485,03	350.717.628,09	8,77%	-	29,56%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	2.192.271.111,84	1.936.200.619,60	1.872.791.195,45	46,84%	-14,57%	-3,27%
FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, a	550.983.525,74	359.903.597,75	508.128.714,61	12,71%	-7,78%	41,18%
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	100.370.693,80	113.923.015,92	114.881.013,40	2,87%	14,46%	0,84%
Renda Variável e Investimentos Estruturados	849.260.143,86	774.879.318,54	790.170.924,68	19,76%		
FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, a	6.362.689,70	6.793.734,37	6.954.950,54	0,17%	9,31%	2,37%



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Tipos de Ativo	12/2020 (R\$)	11/2021 (R\$)	12/2021 (R\$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	694.865.316,30	642.530.562,95	658.825.344,37	16,48%	-5,19%	2,54%
FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	27.571.027,27	27.573.333,53	27.968.785,65	0,70%	1,44%	1,43%
FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b	18.598.540,94	15.561.706,91	16.421.011,33	0,41%	-11,71%	5,52%
FI em Participações - Art. 8º, IV, a	101.862.569,65	82.419.980,78	80.000.832,79	2,00%	-21,46%	-2,94%
Investimentos no Exterior	95.914.493,62	386.316.954,99	361.823.643,46	9,05%		
Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9-Aº, II	-	314.479.756,95	289.972.376,67	7,25%	-	-7,79%
Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º-A, III	95.914.493,62	71.837.198,04	71.851.266,79	1,80%	-25,09%	0,02%
TOTAL	3.788.799.968,86	3.841.927.991,83	3.998.513.119,69			

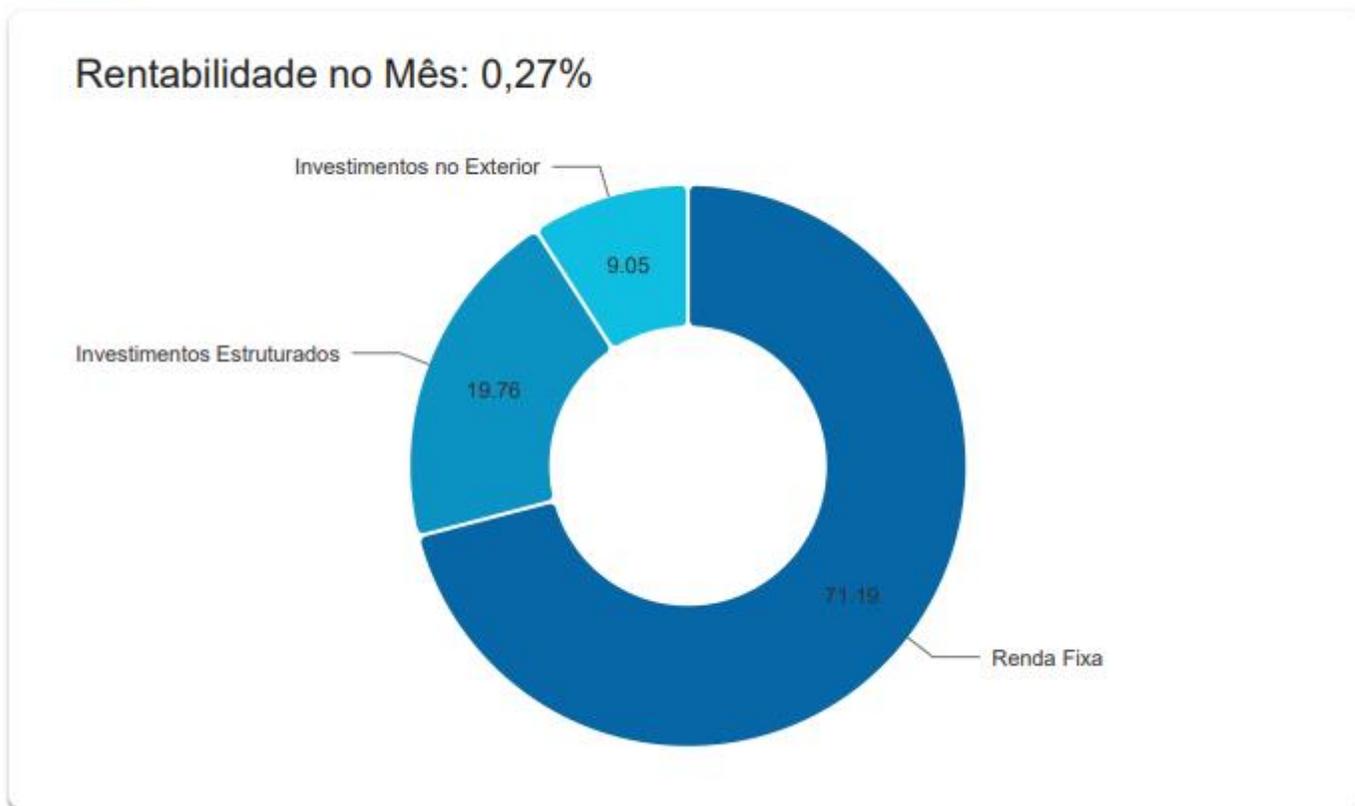


Segmentos não enquadrados na CMN

Tipos de Ativo	12/2020 (R\$)	11/2021 (R\$)	12/2021 (R\$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
Imóveis	- 1.318.249.800,00	1.318.249.800,00	1.318.249.800,00	100,00%		
Casa	- 3.990.400,00	3.990.400,00	3.990.400,00	0,30%	-	0,00%
Apartamento	- 15.970.000,00	15.970.000,00	15.970.000,00	1,21%	-	0,00%
Outros - Imóveis	- 1.298.289.400,00	1.298.289.400,00	1.298.289.400,00	98,49%	-	0,00%
TOTAL	- 1.318.249.800,00	1.318.249.800,00	1.318.249.800,00			



Portfólio





TOTAL DA CARTEIRA (Resolução CMN)	3.998.513.119,69
Saldo em Conta Corrente	1.005.565,49
TOTAL GERAL DA CARTEIRA	3.999.518.685,18
Renda Fixa	2.846.518.551,55 (71,19%)
Renda Variável e Investimentos Estruturados	790.170.924,68 (19,76%)
Investimentos no Exterior	361.823.643,46
Imóveis	1.318.249.800,00

FONTE: CADPREV/DAIR – dezembro 2021

9.2 – POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

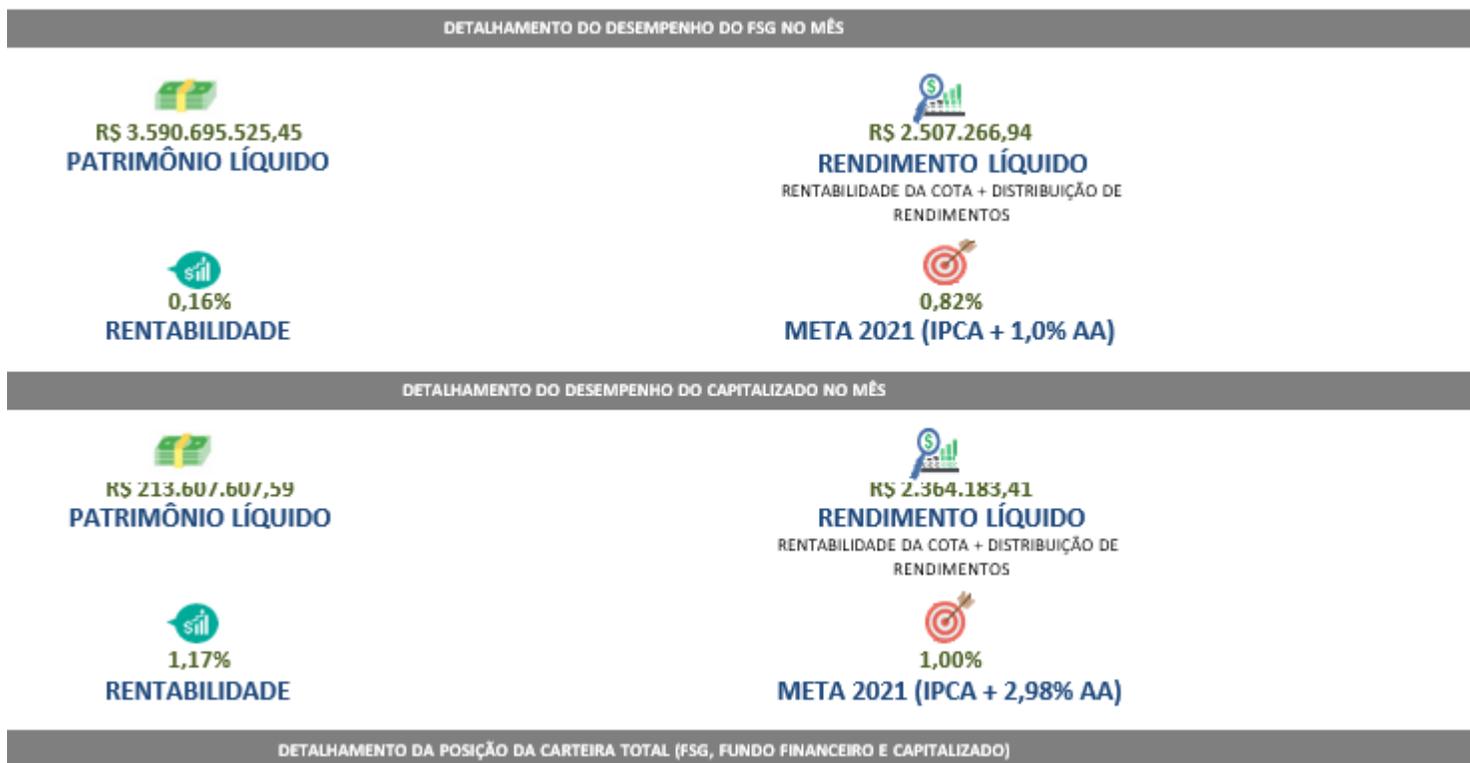
A Política de Investimentos se encontra regulada pela Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 que trata da organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social – RPPS. A Política contempla a adoção de métodos que possam promover a ampliação dos recursos através da utilização de fundos de investimento em observância aos critérios relacionados a boa qualidade de gestão, ambiente de controle interno, histórico, experiência de atuação e outros destinados à mitigação de riscos.

A Política é elaborada e proposta pela Diretoria de Investimentos e submetida à aprovação do Comitê de Investimento e Análise de Riscos onde será apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração – CONAD.



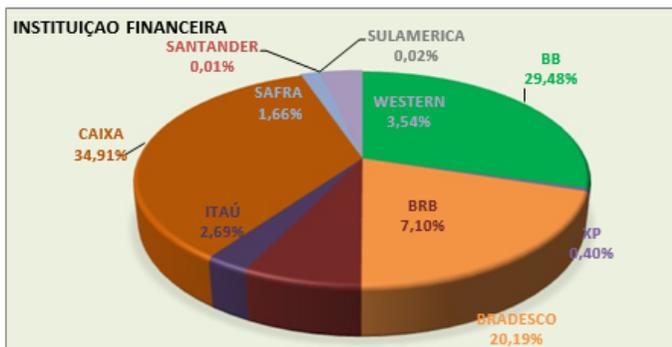
9.3 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos, com posição no mês de dezembro de 2021, traz os investimentos que foram realizados e suas capitalizações de acordo com a Política de Investimentos. De acordo com o mês de setembro, a carteira se encontra subdividida na seguinte composição:





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA

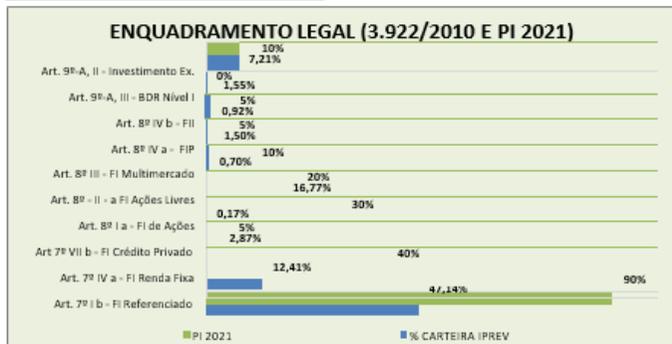


INSTITUIÇÃO	TOTAL (EM R\$)	% DA CARTEIRA
BANCO DO BRASIL	992.755.518,37	24,83%
XP INVESTIMENTOS	13.408.983,97	0,34%
BRDESCO	679.924.534,06	17,00%
BRB	239.184.332,44	5,98%
ITAU	90.646.772,61	2,27%
CAIXA	1.175.457.128,26	29,40%
SAFRA	55.774.298,82	1,39%
SANTANDER	300.297,84	0,01%
SULAMERICA	561.492,58	0,01%
WESTERN	119.284.304,09	2,98%
BNP PARIBAS	280.975.884,09	7,03%
GENIAL INVESTIMENTOS	350.117.628,09	8,76%
TOTAL (FSG + FIN+ CAP)	3.998.391.175,22	100,0%



SEGMENTO	TOTAL (EM R\$)	% DA CARTEIRA
RENDA FIXA	2.845.918.551,31	71,18%
RENDA VARIÁVEL	1.152.472.623,91	28,82%
TOTAL	3.998.391.175,22	100,0%

FUNDOS	TOTAL (EM R\$)	% DA CARTEIRA
FIN	194.088.042,18	4,85%
FSG	3.590.695.525,45	89,80%
CAP	213.607.607,59	5,34%
TOTAL	3.998.391.175,22	100,0%



ARTIGOS DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3.922/2010	% DA CARTEIRA DO IPREV/DF	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DE 2021
Art. 7º I A - Títulos Públicos	8,76%	100%
Art. 7º I b - FI Referenciado	47,14%	90%
Art. 7º IV a - FI Renda Fixa	12,41%	40%
Art. 7º VII b - FI Crédito Privado	2,87%	5%
Art. 8º I a - FI de Ações	0,17%	30%
Art. 8º II - a FI Ações Livres	16,77%	20%
Art. 8º III - FI Multimercado	0,70%	10%
Art. 8º IV a - FIP	1,50%	5%
Art. 8º IV b - FII	0,92%	5%
Art. 9º A, III - BDR Nivel I	1,55%	-
Art. 9º A, II - Investimento Ex.	7,21%	10%
TOTAL GERAL	100,00%	-



9.4- CARTEIRA DE IMÓVEIS

A Carteira de Imóveis é composta por 44 imóveis incorporados ao patrimônio pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG pela Lei Complementar nº 917/2016 e pela Lei Distrital nº 5.729/2016.

No período de março de 2022, houve a elaboração da Nota Técnica nº 03/2022 (81288836) que trata da reavaliação da carteira de imóveis do IPREV para a emissão de laudo sobre as atualizações imobiliárias que compõem o rol que pertence ao FSG. O processo possui o formato de pregão eletrônico e se encontra na Secretaria de Economia, Órgão responsável pela condução do processo. A lista de bens se encontra discriminada abaixo:

Origem	Tipo	Status	Quantidade	Valor Avaliado
GDF	APTO FUNCIONAL	DESOCUPADO	10	R\$ 15.570.000
GDF	APTO FUNCIONAL	OCUPADO	8	R\$ 11.950.000
GDF	CASA FUNCIONAL	DESOCUPADO	2	R\$ 3.892.000
GDF	EDIFICADO/ GALPÃO	DESOCUPADO	8	R\$ 24.544.000
GDF	EDIFICADO/ GALPÃO	OCUPADO	1	R\$ 4.683.000
GDF	TERRENO	VAZIO	6	R\$ 162.928.600
GDF	VAGAS DE GARAGEM	OCUPADO	1	R\$ 2.627.000
TERRACAP	GLEBA	VAZIO	3	R\$ 1.058.000.000



TERRACAP	TERRENO	VAZIO	5	R\$ 46.576.000
		TOTAL GERAL	44	R\$ 1.330.770.600
		TOTAL GDF	36	R\$ 226.194.600
		TERRACAP	8	R\$ 1.104.576.000

Fonte: UFSG/DIRIN/IPREV.

9.5 – DEMONSTRATIVO DAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTO – DPIN

O Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN dispõe sobre a aplicação dos recursos do RPPS mediante o envio à Previdência. No DPIN pode-se consultar os dados do ente, meta de rentabilidade e resumo analítico de diversas avaliações técnicas e suas estratégias conforme a Resolução 3922 do CMN e da Portaria MPS nº 519/2011.

A apuração referente ao exercício de 2021 se constitui no seguinte formato:

FUNDOS / PLANOS CONSTITUÍDOS		
CNPJ	Nome	Natureza
10.203.387/0002-18	Fundo Financeiro de Previdência dos Servidores do DF	Civil - Financeiro
33.863.225/0001-20	FUNDO CAPITALIZADO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	Civil - Previdenciário
10.203.387/0003-07	FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO											
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE null			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO	RESUMO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS	
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)			LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Renda Fixa	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	100,00	1.901.888.959,4	57,20	45,00	62,71	100,00				
Renda Fixa	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, a	40,00	602.652.151,1	18,12	8,00	15,52	40,00				
Renda Fixa	FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	107.421.677,1	3,23	3,23	3,23	5,00				
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, a	30,00	3.625.846,19	0,11	0,00	0,11	30,00				
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	20,00	481.795.846,4	14,49	0,00	6,19	20,00				
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	10,00	51.714.671,74	1,56	0,00	1,56	10,00				



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI em Participações - Art. 8º, IV, a	5,00	47.963.579,95	1,44	0,00	1,44	5,00				
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b	5,00	38.403.300,32	1,15	0,00	1,15	5,00				
Investimentos no Exterior	Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º-A, III	10,00	89.668.582,12	2,70	0,00	2,00	10,00				
Investimentos no Exterior	Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9-Aº, II	10,00	0,0	0,00	0,00	6,09	10,00				

ESTRATÉGIAS DESCRITIVAS			
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Renda Fixa	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Crítérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade,	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



		liquidez e demais riscos a serem suportados	
Renda Fixa	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, a	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	
Renda Fixa	FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, a	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e de qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI em Participações - Art. 8º, IV, a	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e de qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	
Investimentos no Exterior	Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º-A, III	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Investimentos no Exterior	Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9-Aº, II	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO - DEMAIS ATIVOS				
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
			Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total). Dessa forma, a Casa 05, Conjunto 8, Lago Sul, integra o 1º Bloco (VERDE): visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação); Prazo Estimado: Até o final de 2020; Já a Quadra 14, Conjunto A-9, Lote 12, Sobradinho, integra o 1º Bloco (VERDE e AMARELO): visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação). Aventar-se-á possibilidade de venda.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Imóveis	Casa	R\$ 3.892.000,00	Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as “marcações a mercado” subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.
Imóveis	Apartamento	R\$ 15.730.000,00	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total). Dessa forma, os apartamentos da SQS 315, Bloco G, Apartamentos 601/602 e 607/608; bem como a SQS 203, Bloco A, Apartamentos 203, 204, 301, 303, 501, 503, 504, 603 e os da SQS 215, Bloco E, Apartamentos 107, 202 e 403 integram o 1º Bloco (VERDE e AMARELO); visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação); Prazo Estimado: Até o final de 2020; Já os da SQS 203, Bloco A, Apartamentos 403, 404 e 502; bem como o da SQS 315, Bloco C, Apartamento 604 e da SQS 403, Bloco O, Apartamento 102, integram o 7º Bloco (VERMELHO): proposta de permuta por outros imóveis do GDF.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as “marcações a mercado” subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Imóveis	Outros - Imóveis	R\$ 16.627.000,00	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	BONAPARTE, SETOR HOTELEIRO SUL – SHS QD. 2, Bloco I e J, 2º subsolo, 52 vagas de garagem: valor aproximado do imóvel: R\$ 2.627.000; Número da matrícula e cartório de registro: 96891, no 1º Ofício de Registro de Imóveis (Venâncio Shopping - Asa Sul) e SIA TRECHO 4, LOTE 1000, SIA TRECHO 4, LOTE 1010, SIA TRECHO 4, LOTE 1020, SIA TRECHO 4, LOTE 1030, SIA TRECHO 4, LOTE 1040, SIA TRECHO 4, LOTE 1050, SIA TRECHO 4, LOTE 1060(00413-00004590/2018-80); Informações adicionais: elevado interesse por parte do Condomínio em comprar as vagas (representantes vieram ao IPREV/DF duas vezes no 1º semestre de 2018. No processo SEI nº 00413-00000693/2019-51, consta o Termo de Autorização de Uso a título oneroso celebrado em 13 de maio de 2019 entre IPREV e Condomínio do Edifício Bonaparte.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total). Dessa forma, as Vagas do Bonaparte, integram o 1º Bloco (VERDE): visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação); Prazo Estimado: Até o final de 2020.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as “marcações a mercado” subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.
			Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	Ativos Incorporados por força da Lei Complementar nº 920/2016.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



Demais Bens, Direitos e Ativos	Outros Bens, Direitos e Ativos	R\$ 531.417.185,46	Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 920, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016, O IPREV/DF, ao alienar as ações do BRB, deve dar preferência de compra ao Distrito Federal. Os funcionários do BRB, por suas entidades, incluída a sua entidade de previdência complementar, têm direito de exercer a preferência de compra de até 10% das ações. Deve ser contratada empresa especializada em precificação de ativos financeiros, bancos de investimento, auditorias, agências de rating ou consultorias com notório conhecimento e experiência na prestação desses serviços.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	Relatório de avaliação da companhia contento Estudo de Equity Capital Markets; Estudo de Avaliação Preliminar; Estudo de Múltiplos P/E do mercado; Estudo de Dividend Yield dos main players; Análise de Peers; Estudo de liquidez das ações do BRB; Estudo da Liquidez das ações dos bancos Tier I - II; Estudo múltiplo de peers P/E ¹ ; Estudo múltiplo de peers P/BV ¹ ; Estudo do fluxo de caixa descontado ² ; Estudo de Potenciais investidores, realizado por empresa especializada em precificação de ativos financeiros, bancos de investimento, auditorias, agências de rating ou consultorias com notório conhecimento e experiência na prestação desses serviços.
Imóveis	Terreno	R\$ 1.282.731.600,00	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total).
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as “marcações a mercado” subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.

FONTE: CADPREV/DPIN



10 - DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE

A Diretoria de Governança, Projetos e *Compliance* é a Unidade responsável pelos projetos, ações estratégicas, monitoramento, avaliação de resultados do IPREV.

A Unidade estabelece o Planejamento Estratégico Institucional bem como a programação e acompanhamento de suas ações. Auxilia no desenvolvimento do IPREV, gestão de integridade e *compliance*.

10.1– PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico Institucional do IPREV se encontra em andamento com o início para o ano de 2021 e encerramento em 2025. O Mapa Estratégico foi aprovado para o quadriênio em 16/12/2020, através do processo nº00413-00003261/2020-36 e se encontra com as seguintes características:



MAPA ESTRATÉGICO 2021-2025

Missão Trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível a seus contribuintes
Visão Ser reconhecido por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária do Distrito Federal
Valores Integridade, confiabilidade, sustentabilidade e transparência

Perspectiva a Sociedade e Governo

1 Assumir integralmente a concessão, manutenção e gestão de benefícios

2 Fomentar políticas de sustentabilidade para a consecução da autonomia institucional

3 Aprimorar a gestão do sistema de previdência com base em referências de boas práticas a nível nacional

Que "valor público" queremos gerar para o governo?

Perspectiva dos Processos Internos

1 Zelar pela confiabilidade, consistência e transparência dos dados atuariais, contábeis, de investimento e previdenciários

2 Aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação de contribuições previdenciárias

3 Implementar o plano de gestão imobiliária e viabilizar a exploração do direito de superfície

4 Aprimorar a comunicação interna e externa

5 Implementar sistema de gestão de riscos e compliance

Que requisitos devem pautar os processos?

Perspectiva de Aprendizagem e Crescimento

1 Modernizar os serviços, as soluções de TIC e segurança de informação

2 Propor cooperação para a implementação das Políticas Previdenciárias de Segurança e Saúde do Servidor

3 Promover o processo de capacitação interna

4 Buscar um quadro próprio para o IPREV e incentivar a permanência do servidor

Que competências queremos desenvolver?

Política de Qualidade

Gerir o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Distrito Federal com excelência técnica continuada de forma a atender aos requisitos legais e aos anseios das partes interessadas.



10.2 – CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO

Como parte do Planejamento Estratégico do IPREV, a Governança tem como meta promover a certificação pró-gestão do IPREV. Para isso, a Governança estabeleceu como meta no Plano de Monitoramento Gerencial – PMG a certificação pró-gestão. Como critério para alcance, houve a contratação de empresa credenciada pela Previdência Social por meio do processo nº 00413-00000583/2021-12 com a publicação do Contrato no DODF nº 212 de 12 de novembro de 2021.

A certificação incentiva os Institutos de Previdência a adotarem boas práticas de gestão onde possuem como funções basilares os Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

10.3 - MAPEAMENTO E ELABORAÇÃO DE MANUAL DE PROCESSOS

A Governança realiza o mapeamento e modelos de processos para produzir opções de gerenciamento e indicação dos processos de negócios. O mapeamento e elaboração de manual, possui disposição no próprio manual de pró-gestão desenvolvido pela Secretaria de Previdência.

Existem projetos em revisão que fazem parte do Plano de Monitoramento Gerencial - PMG para desenvolver padrões estabelecidos pelo pró-gestão. Atualmente são eles:

- Revisão de Aposentadorias;
- Concessão de Pensão;
- Revisão de Pensão;
- Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios e;
- Aposentadorias: compulsória, especial, invalidez e voluntária.



Informa-se que no interesse de aprimorar a gestão institucional e melhoria dos fluxos internos, no período de 25 a 29/03/2022, a Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV e o IPREV, promoveram a qualificação do curso de mapeamento e modelagem de processos para os servidores do Instituto onde houve a edição e aprimoramento dos fluxos referentes às áreas de investimentos, tecnologia da informação e compras.

Frisa-se que a modelagem dos processos desencadeou na composição de fluxos que se encontram no Anexo I deste Relatório. Os modelos em apresentação no Anexo I se encontram em formato parcial e necessitam de análise pelas Diretorias responsáveis pelos fluxos para discussão e aprovação. Entretanto, no intuito de identificar o mapeamento dos processos, houve a inserção dos fluxos a fim de maior conhecimento referente às Áreas, e caso ocorram alterações, elas serão objeto de reexame por parte da Controladoria.

11.RECOMENDAÇÕES

Atenta-se ao Instituto observar os prazos referentes à renovação da Certificação de Regularidade Previdenciária, visto que há inconformidade quanto aos requisitos expostos no relatório (item 8.1).

SITUAÇÃO: Em andamento quanto ao atendimento da demanda

RISCO: EXTREMO



12. CONCLUSÃO

O Relatório de Controle Interno tem como objetivo identificar de forma sucinta as Unidades pertencentes ao IPREV no intuito de estabelecer os fatores-chave Institucionais, onde se possa aferir fatores positivos e identificação dos pontos negativos encontrados na matriz de riscos; apresentação de planos de contas contábil, dos fundos previdenciários, critérios de premissas atuariais, metodologia aplicada aos investimentos, critérios de governança e *compliance*.

Tem-se como propósito facilitar o Gestor quanto à tomada de decisão na melhoria de processos internos institucionais, ao passo de promover maior controle, transparência, eficácia administrativa, bem como antecipar aos riscos iminentes através de planos de contingenciamento. Estas ferramentas produzir-se-ão maior interface na Gestão Previdenciária do Distrito Federal e conseqüentemente na produção de melhores serviços aos aposentados e pensionistas desta Autarquia Previdenciária.

Brasília, 29 de abril de 2022.

ROGÉRIO CORREIA DA SILVA
ADMINISTRADOR
UNIDADE DE CONTROLADORIA – IPREV/DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



ANEXO I



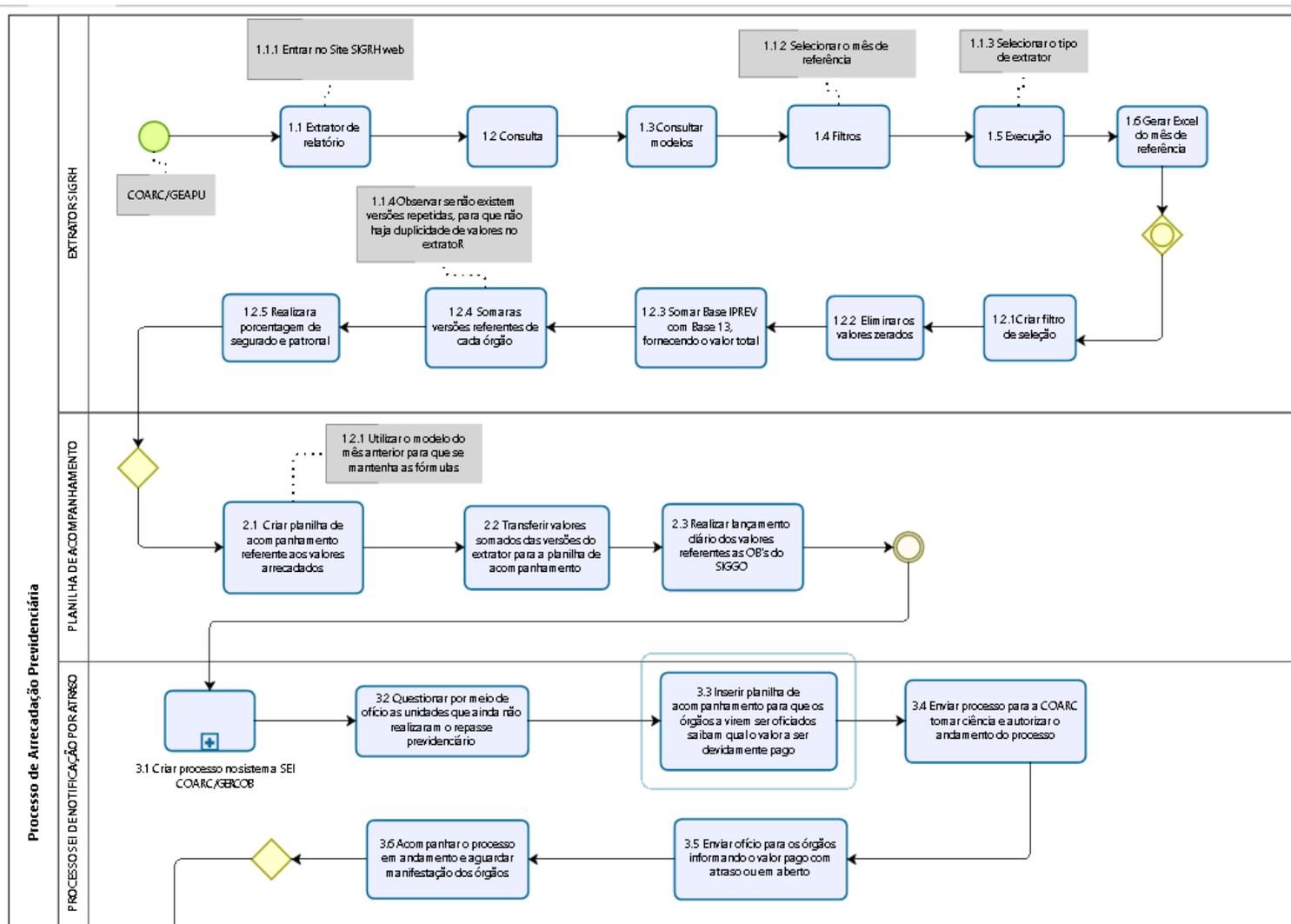
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



FLUXOGRAMA DE ARRECADAÇÃO

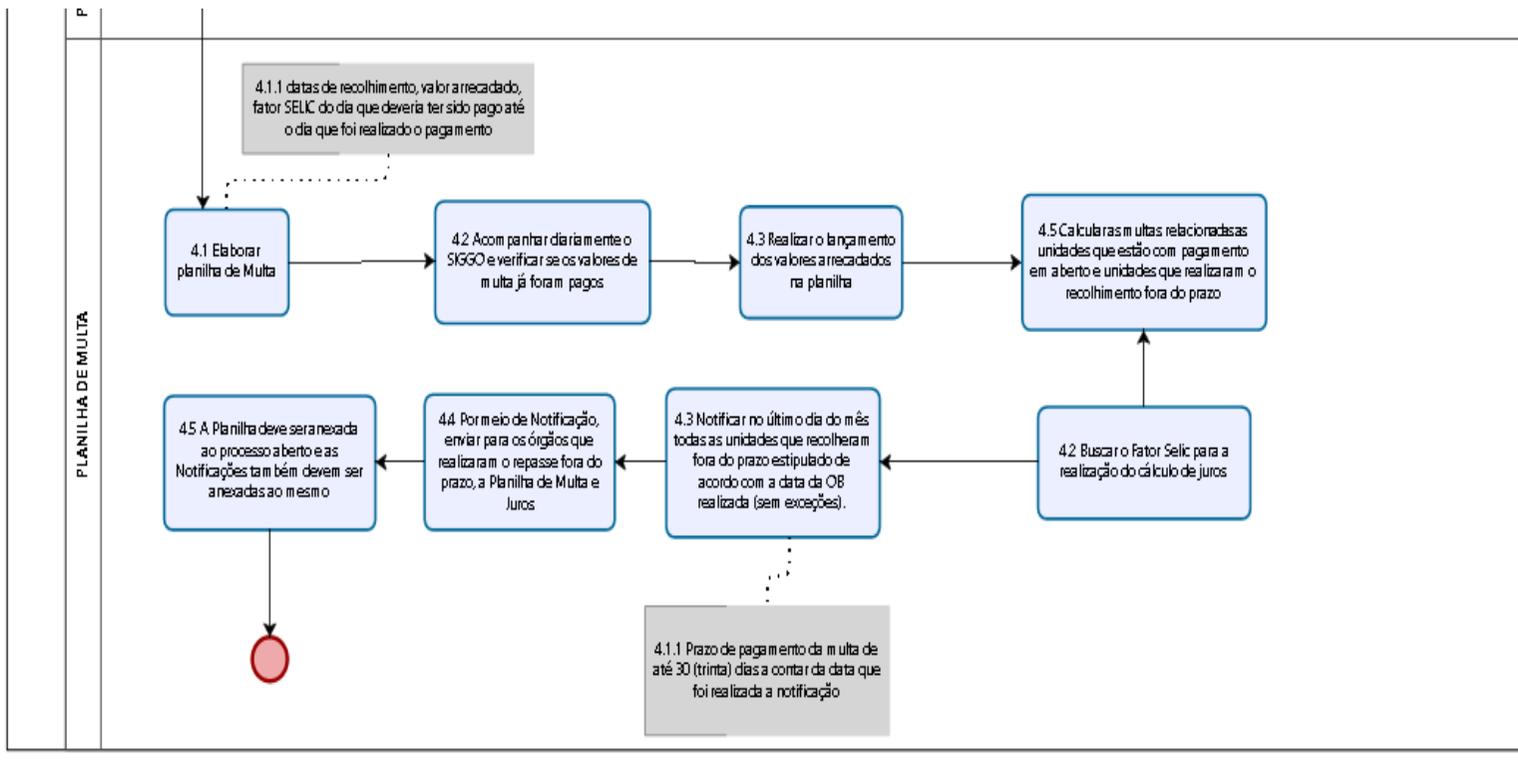


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA





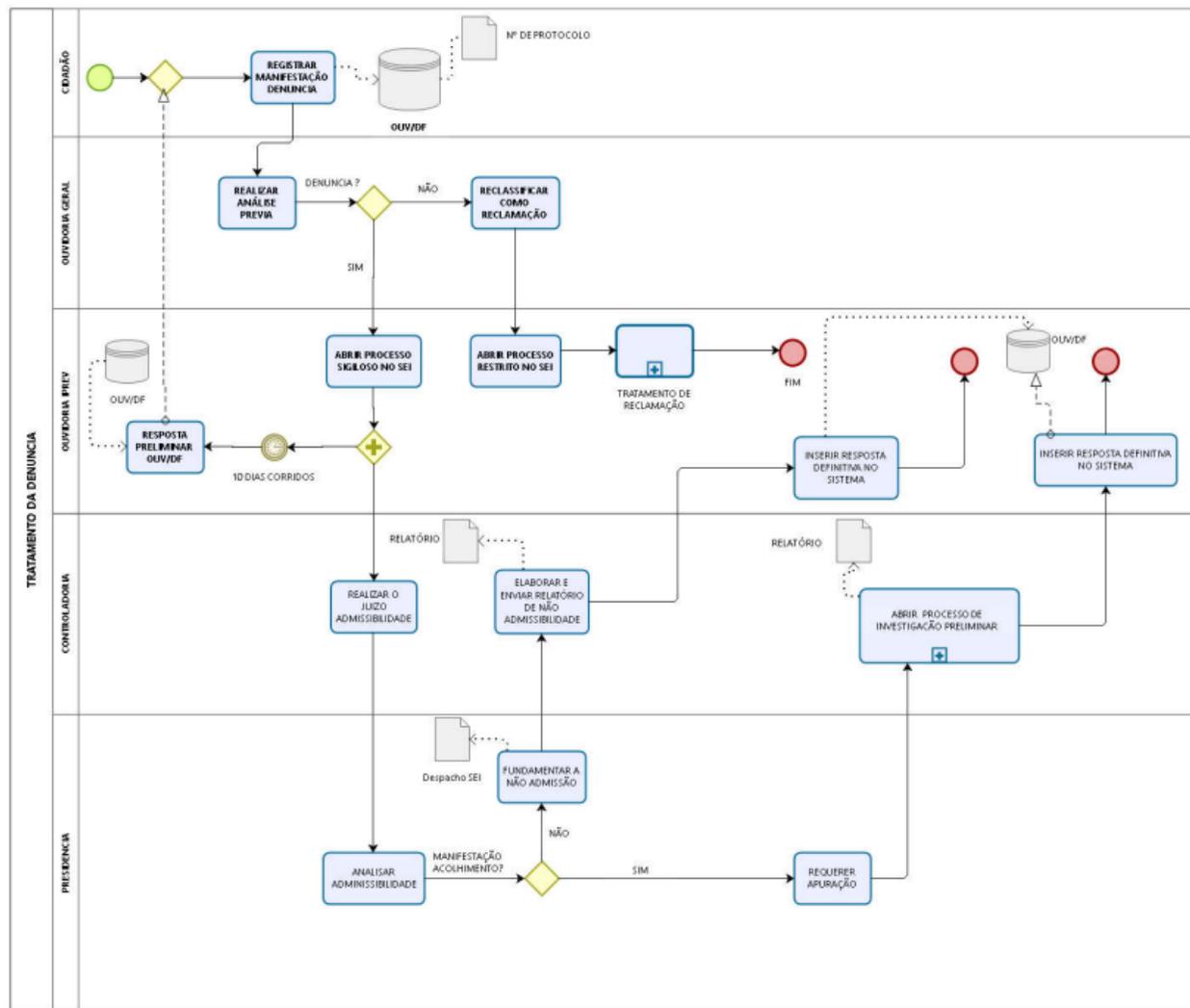
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



FLUXOGRAMA DE TRATAMENTO DE DENÚNCIAS PELA OUVIDORIA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA



FLUXOGRAMA DE ACESSO LÓGICO - TI

